

A Teoria Marxista da Dependência em Ruy Mauro Marini: Superexploração da Força de Trabalho e Subimperialismo na integração capitalista mundial da América Latina

Gabriela Oliveira Rodrigues¹

RESUMO

O objetivo central da monografia é analisar a Teoria Marxista da Dependência desenvolvida por Ruy Mauro Marini. Com base nesse referencial teórico, pretende-se entender o papel que a América Latina desempenhou no processo de acumulação capitalista mundial. Nesse sentido, argumenta-se que o processo de industrialização, observado na região após a crise 1929, modificou as bases da Divisão Internacional do Trabalho, na qual antes a região era exportadora de bens primários e matérias-primas e importava bens manufaturados. Demonstra-se que, apesar de ter contribuído para a produção de bens que antes eram importados, a industrialização intensificou também desigualdades e aprofundou a dependência da região. Majoritariamente caracterizada pela presença do capital estadunidense em associação com a burguesia local e os governos autoritários que se instalaram na região, o desenvolvimento latino-americano (e o brasileiro, em especial) apresentou como elemento central a superexploração da força de trabalho, em linha com a tese defendida por Marini. Tomando por base as ideias de Marini, o trabalho também analisa as relações econômicas e políticas reproduzidas entre periferias e semiperiferias, que o autor denominou subimperialismo.

Palavras-chave: América Latina; Subdesenvolvimento; dependência; superexploração da força de trabalho; subimperialismo; Ruy Mauro Marini.

¹ Graduada em Defesa e Gestão Estratégica Internacional (UFRJ)

Introdução

O período marcado pelo fim da Primeira Guerra Mundial e pela posterior Grande Depressão da década de 1930 trouxe consigo modificações no comércio internacional que implicaram em expressivos problemas para os países latino-americanos, na medida em que resultou na redução da demanda por seus produtos exportáveis (sobretudo bens primários de baixo valor agregado e matérias-primas) e consequente redução das divisas necessárias para as importações (BICHIR; VARGAS, 2011, p. 3).

Esse cenário contribuiu para a adoção de um conjunto de políticas econômicas originalmente direcionadas ao combate dos efeitos da crise, que concorreram também para o processo de industrialização dos países da América Latina. Essas políticas foram teorizadas a partir do esforço da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que apresentaram menos um caráter acadêmico e mais a busca por recomendações de medidas a serem tomadas pelos *policy-makers* latino-americanos. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.17). Portanto, a necessidade de substituição de importações oriundas das economias centrais por bens produzidos internamente, defendido pela Cepal, foi um importante impulso à industrialização latino-americana.

O fim da Segunda Guerra Mundial consolidou a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial e possibilitou a expansão do capital internacional na busca por novos investimentos, num processo de integração da economia mundial que se articulou com o novo desenvolvimento industrial nos países dependentes (SANTOS, 2000, p. 9). A crise do colonialismo, decorrente da fragilidade a qual estavam submetidas as principais potências do período, possibilitou a independência política e o surgimento de novos Estados Nacionais, o que provocou profundas modificações no cenário internacional até então constituído sobre as bases do imperialismo europeu.

Segundo LIMA (2013, p. 7), “esse cenário marcou um maior desenvolvimento do esforço teórico de compreender os laços de dependência que vão além da dominação política formal”. Ele ressalta que, embora, as teorias acerca da dependência só tenham surgido posteriormente ao fim da Segunda Guerra Mundial, elas remontam ao passado colonial dos países da América Latina, quando o fim da dependência política não foi acompanhado de independência econômica. Nas palavras de Theotônio dos Santos:

A América Latina, apesar de ser uma zona de Estados independentes desde o século XIX, sente-se identificada com as aspirações de independência econômica dos antigos povos coloniais, e deseja também uma independência política real diante das pressões diplomáticas e intervenções políticas e militares diretas da Inglaterra, sobretudo após 1930, e dos Estados Unidos, particularmente depois da II Guerra. (SANTOS, 2000, p. 2)

A chamada “teoria do desenvolvimento” que surgiu nesse processo tinha como principal objetivo a identificação dos obstáculos que se impunham à plena consolidação da modernidade na região latino-americana (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p. 97).

Como sugere Wagner (2005, p. 19-20), a preocupação da época voltou-se para analisar as singularidades dos processos de desenvolvimento dos países periféricos do sistema internacional, cuja dinâmica econômica não era adequadamente explicada pelas teorias do *mainstream*. Por exemplo, a Teoria das Vantagens Comparativas – segundo a qual os países, em um contexto de livre mercado e sem a influência estatal, deveriam se especializar na produção de mercadorias em que tivessem maior vantagem relativa, o que resultaria em redução dos preços e compensação para todos – que implicava, segundo a visão heterodoxa que ganhou força após o final da Segunda Guerra, uma reprodução da condição periférica das economias latino-americanas.

A crise econômica internacional que marcou a década de 1930 trouxe consigo necessidades adaptativas na periferia na medida em que diminuiu a demanda pelas importações de seus produtos, prejudicando o seu principal meio de obtenção de divisas. Dessa forma, passou-se a investir em um desenvolvimento “para dentro” que fosse capaz de produzir bens antes importados. Posteriormente ao fim da Segunda Guerra Mundial o processo industrializante da América Latina foi acompanhado pela entrada de capital estrangeiro, sobretudo norte-americano, através de multinacionais e empréstimos. No âmbito internacional as teorias liberais entraram em crise e desenvolveu-se um esforço de análise dos processos específicos de formação dos países periféricos, entretanto, esses autores, advindos dos grandes centros econômicos, não foram capazes de compreender a estrutura interna latino-americana.

A Cepal, que surgiu como resposta à necessidade de políticas formuladas por autores latino-americanos, influenciou os governos da região defendendo a industrialização e a modernização, organizadas pelo Estado, como forma de superação do subdesenvolvimento. As análises históricas e estruturalistas da região trouxeram, sobretudo, a defesa do subdesenvolvimento como parte do desenvolvimento do capitalismo e não como uma etapa anterior pela qual as economias precisassem

passar. As diferenças entre centro e periferia foram insistentemente analisadas pelos seus autores que voltaram sua atenção para a deterioração dos termos de troca, para os frutos do progresso técnico e a incidência destes nos salários dos seus trabalhadores. Esse processo de desenvolvimento acabou entrando em crise, por ter mantido ou acentuado as características de distribuição de renda desigual e marginalização social da região.

Embora os próprios teóricos Cepalinos tenham reformulado muitas de suas ideias, não foram capazes de analisar as estruturas internas dos países latino-americanos, o que foi feito pela Teoria da Dependência que surgiu a partir de 1960. Apesar de terem voltado muitas de suas críticas para os teóricos da Cepal, é inegável a contribuição destes nas formulações das suas análises. Essa teoria procurou destacar, além das suas considerações a respeito do caráter capitalista das economias periféricas (contradizendo as teorias que as consideravam pré-capitalistas ou até mesmo feudais), as condições sociais e políticas dessas regiões onde a burguesia determinava as relações com os países centrais na defesa dos seus interesses, mesmo que isso implicasse na perda da sua autonomia nacional. A industrialização latino-americana não se deu, portanto, por meio da articulação das classes sociais sob o ordenamento Estatal e sob o protagonismo da burguesia no desenvolvimento autônomo nacional. O que se verificou foi o prejuízo sobretudo, das classes trabalhadoras, nesse processo, que acarretou uma série de agitações populares que implicaram em Golpes de Estado por toda a região, apoiados pela classe burguesa.

A Teoria da Dependência

Em decorrência dessas tensões, a América Latina foi palco de Golpes de Estado que encerraram o avanço nacional-democrático e colocaram esses países no caminho do desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Nesse contexto, a Teoria da Dependência surgiu, na década de 1960, como resultado do esforço de uma reflexão acerca das mudanças na estrutura socioeconômica da América Latina, que se processam a partir dos anos 1930 e se intensificam no pós-Segunda Guerra no processo de internacionalização dos mercados internos desses países (WAGNER, 2005, p. 75).

WAGNER (2005) observa que a entrada do capital estrangeiro, sobretudo estadunidense, sob o controle de multinacionais que passaram a ditar o ritmo do desenvolvimento industrial desses países, aprofundou a dependência destes em relação aos centros econômicos. Esse processo resultou

em transformações na Divisão Internacional do Trabalho que, segundo SANTOS (1971), conduziu os países dominados:

a) ao predomínio da grande empresa; b) à concentração econômica sob o domínio da grande indústria, sobretudo internacional; c) ao domínio monopolista do mercado; d) ao surgimento de uma camada gerencial que representa os interesses do grande capital; e) à organização sindical e política dos interesses do grande capital; f) ao controle da vida política e do Estado mediante a adaptação a seus interesses. (SANTOS, 1971, p. 201 *apud* WAGNER, 2005, p. 77-78)

Segundo SANTOS (2000), essa nova realidade contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento e confirmava a noção de que ambos eram resultados do desenvolvimento do capitalismo, que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento. Essa tese confrontava as teorias que marcaram o desenvolvimento latino-americano até então, sobretudo o estruturalismo da CEPAL, criticado por considerar que alterações de ordem econômicas seriam capazes de possibilitar a passagem do subdesenvolvimento para a condição de desenvolvimento dos grandes centros mundiais (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p.2).

Theotônio assim define a Dependência:

A dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e auto impulsionar-se, enquanto que outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo desta expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes. (SANTOS, 2011, [1978], p. 361)

A Teoria da Dependência volta-se para os aspectos de ordem sociais e políticos que definiram ou foram definidos pelo processo de industrialização nessas regiões. A relação de dependência perpassa não apenas as relações de exploração entre os países, mas é fundamentalmente explicada pela associação desta realidade com a estrutura de poder existente internamente nessas sociedades. Para DIAS (2012, p. 68), mais do que uma simples decorrência de

fatores exógenos globais, a dependência era vista como sendo medida ou expressa internamente, por meio de uma série de interesses, articulações ou objetivos dos grupos sociais locais.

Analisando as características teóricas e metodológicas da Teoria da Dependência, DIAS (2012) argumenta que não há para esta teoria convergência conceitual e tipológica. Esse fato se dá tanto pelas significativas divergências de seus representantes quanto pelas diferentes interpretações e distinções que incidem sobre estes. Vale ressaltar que além das diversas diferenciações de análise tipológica realizada ao longo dos anos, o próprio conceito de dependência foi considerado teoricamente impreciso (DIAS, 2012, p. 67).

DIAS (2012) apresenta as três matrizes teóricas que, segundo ele, influenciaram a formação da estrutura do debate da escola latino-americana da dependência: o marxismo, as teorias do imperialismo e o próprio estruturalismo da CEPAL. Embora existam grandes divergências quanto ao pensamento dos principais representantes dependentistas, pode-se destacar aquilo que WAGNER (2005, p. 81-82) considera como o núcleo central comum da Teoria da Dependência:

(a) a industrialização, *deus ex machina*, do nacional-desenvolvimentismo, não garantia a passagem do centro de decisão para os países em desenvolvimento, porque ela era comandada pelo capital estrangeiro, fundado nas grandes corporações multinacionais, cujo poder decisório concentrava-se nas suas matrizes no exterior;

(b) a industrialização não implicava distribuição de renda porque ocorria num modelo de capitalismo monopolístico, que tende a concentrar o poder e a riqueza em alguns poucos grandes grupos econômicos. Além disso, também poderíamos perceber uma forte diferenciação no nível de renda no seio da própria classe trabalhadora, dividida entre assalariados especializados e não especializados;

(c) o avanço das relações capitalistas de produção para o campo levou à destruição das comunidades camponesas tradicionais, forçando seu deslocamento para os centros urbanos onde, por conta de uma industrialização baseada em tecnologia intensiva e poupadora de força de trabalho, não conseguiam garantir sua sobrevivência, dando início ao problema da marginalização urbana;

(d) a burguesia nacional mostrou-se estruturalmente incapaz de dirigir um processo de industrialização que levasse a cabo o desenvolvimento autônomo nacional. A teoria da dependência mostrou o quanto ela estava, naquele contexto histórico, com seus interesses associados ao capital internacional;

(e) por último, mas não menos central, respondendo àqueles que defendiam o caráter feudal das economias latino-americanas – e conseqüentemente o papel revolucionário das burguesias locais – os dependentistas afirmaram que os países da região surgiram como resultado da expansão mercantil europeia e não poderiam por isso ser identificados como feudais. Era claro que estas sociedades conformavam tipos especiais, mas que não poderiam ser compreendidas à parte do processo de expansão das relações capitalistas de produção a partir dos países do centro para a periferia.

Não obstante a síntese apresentada, os principais teóricos da Teoria da Dependência trilham caminhos muito divergentes, que implicaram em expressivos esforços para classificá-los em vertentes. Centraremos este artigo na Teoria Marxista da Dependência, a qual buscou analisar as estruturas sociais internas presentes nos países latino-americanos e as relações de classe com os centros imperialistas como fatores intrinsecamente relacionados ao aprofundamento das desigualdades e à superexploração dos trabalhadores.

Assim, para a referida teoria, a superexploração da força de trabalho possui um caráter central como característica específica das economias periféricas e constitui uma resposta do capitalismo dependente às diferentes formas de transferência de valor para as economias centrais (CARCANHOLO, 2013, p. 191). Nesse sentido, a burguesia não é capaz de atender aos interesses das camadas mais baixas na medida em que busca se unir ao grande capital internacional, representado, sobretudo, pelos Estados Unidos. Ruy Mauro Marini representa um dos principais expoentes desta teoria: além de suas constatações a respeito da superexploração, sua visão do Subimperialismo como uma reprodução do Imperialismo nas economias dependentes que atingiram um certo grau de acumulação de capital e buscam expandir-se para os países vizinhos, embora ainda dominado pelo grande capital imperialista, será o elemento central deste trabalho, no qual o fenômeno do Subimperialismo será enfatizado.

A Teoria Marxista da Dependência em Ruy Mauro Marini

De acordo com Theotônio, Marini inseriu o debate das grandes questões da luta revolucionária na América Latina, nos anos 1960 e 1970, em um campo teórico altamente abstrato e foi capaz de iluminar os aspectos mais relevantes da realidade latino-americana (SANTOS, 2013, p. 9). Sua obra consistiu, sobretudo, em quatro temas: economia política da dependência, análise do modelo político latino-americano, socialismo e pensamento latino-americano. (MARTINS, 2013. p. 16).

Os conceitos de superexploração e subimperialismo estão presentes em suas obras *Subdesenvolvimento e Revolução* (1969) e *Dialética da Dependência* (1973), que se inserem no âmbito do primeiro tema, onde Marini “produz um olhar rigoroso e relativamente original sobre o desenvolvimento capitalista latino-americano”, apontando suas especificidades (WAGNER, 2013, p. 127). Nesse sentido, ao incorporar, no campo metodológico, autores de caráter marxista-revolucionário, MARINI (2000, p.7), destaca que:

As categorias marxistas devem ser aplicadas, pois, à realidade como instrumentos de análises e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam, é por isso que a análise tem de ponderá-las, sem que isso implique de forma alguma em romper com o fio do raciocínio marxista, enxertando-o corpos estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ele. (MARINI, 2000, p.7)

Ele considera que a dependência apresenta uma realidade que “por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas. (MARINI, 1973, p. 5-6). A especificidade com que ocorre esse fenômeno, impossibilita o seu entendimento por parte dos teóricos do imperialismo, na medida em que estes são advindos dos grandes centros hegemônicos. De acordo com DIAS (2012, p. 94), Marini interpretava o capitalismo dependente sob um duplo esforço analítico, quais sejam:

Conhecer profundamente e utilizar de maneira criativa, isto é, não-dogmática, os fundamentos e as categorias marxistas de análise e, à luz dessa “lente” materialista-histórica, utilizar as particularidades e as leis específicas, embora

subordinadas às leis mais gerais do capital, do desenvolvimento dependente da periferia. (DIAS, 2012, p.94)

Para DIAS (2012, p. 95), Marini combinou a caracterização de André Gunder Frank sobre a dinâmica capitalista global com alguns dos conceitos-chave do marxismo clássico. De fato, Marini (1973, p. 9) considera impecável a fórmula de Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” na medida em que “impecáveis são as conclusões políticas em que ela conduz”. Assim, a dependência é

(...) entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência e sua superação supõe, necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 1973, p. 9)

Marini destaca que (1973, p.8), em sua fase colonial, a América Latina constituiu-se como produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, possibilitou o desenvolvimento do capital comércio e bancário na Europa, bem como favoreceu a criação da grande indústria. Posteriormente, a situação de dependência configurou-se por meio da exportação de bens primários em troca de produtos manufaturados. MARINI (1973, p. 11) defende, porém, que a função da América Latina vai além da facilitação do crescimento quantitativo dos países industriais por meio da oferta mundial de alimentos. Sua participação também está ligada à acumulação de capital relacionada com a produção de mais-valia nesses países, pois à sua função na economia internacional capitalista, será agregada

a contribuição para a formação de um mercado de matérias primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade, que resultam do surgimento da grande indústria, levaram a que a massa de matérias primas voltada para o processo de produção aumentasse em maior proporção. (MARINI, 1973, p. 11)

Segundo o autor, a América Latina contribui para que essa acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho (mais-valia relativa) do que simplesmente da exploração do trabalhador (mais-valia absoluta). Em sua avaliação a respeito da crescente participação da América Latina como fornecedora de produtos primários para os países industriais, MARINI (1973, p.14) explica a relação entre esse mecanismo e a intensificação da mais-valia relativa nesse último grupo de países. Ele destaca que esse fato acarreta, além da redução dos preços desses produtos, a diminuição do valor real da força de trabalho nos países do centro, permitindo que o aumento da produtividade implique taxas de mais valia cada vez mais elevadas. Assim, o incremento da mais-valia relativa nos países industriais permitiu que os seus capitalistas promovessem aumentos salariais, aumentando os seus mercados consumidores, sem que precisassem reduzir os seus lucros (DIAS, 2012, p. 95). Vale destacar a explicação que LIMA (2013, p.22) oferece para essa questão:

O mecanismo econômico tradicionalmente invocado para explicar a redução do tempo de trabalho necessário é o aumento da produtividade dos setores produtores de bens consumidos pelas famílias dos trabalhadores, os chamados bens-salário. Porém, como os produtos exportados pelos países periféricos representam normalmente parcela significativa dos bens-salários, a redução do tempo de trabalho necessário nos países centrais pode ser conseguida através de trocas desiguais com os países periféricos. Assim, os países periféricos auxiliam a acumulação nos países centrais na medida em que fornecem bens-salários a preços reduzidos, diminuindo o tempo de trabalho necessário e, portanto, aumentando a mais-valia relativa. Dessa forma, fica patente o caráter complementar que os países periféricos desempenham no processo de acumulação dos países centrais. (LIMA, 2013, p.22)

CARCANHOLO (2005, p. 6) descreve que, como o excedente gerado é transferido para fora, a única maneira que a periferia tem de sustentar uma dinâmica de acumulação interna é pelo aumento da produção de excedente. O autor sustenta que esse aumento decorre de maiores gastos com força de trabalho ou elevação da taxa de mais-valia por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade de trabalho. Ou seja, o aumento da mais-valia relativa nos países centrais é alcançado mediante o aumento da mais-valia absoluta nos países periféricos (LIMA, 2013, p. 23). Como afirma Marini:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 1973, p. 20)

Diante dessa dinâmica de acumulação de capital, CARCANHOLO (2005, p. 6) considera que “o capitalismo dependente pode crescer contornando sua restrição externa, porém, sob condições de distribuição regressiva da renda e da riqueza associada a uma marginalidade e violência crescentes”. Como ele observa, a acumulação interna de capital, ao restringir o consumo dos trabalhadores, não apresenta empecilhos, a princípio, pois sua dinâmica de acumulação depende ou do mercado externo ou atende ao padrão de consumo das camadas média e alta da população. Ou seja, essa exploração só foi possível porque os países periféricos não necessitavam de um mercado consumidor interno para realizar a acumulação capitalista, sendo a depreciação dos salários dos trabalhadores compatível e necessária ao desenvolvimento capitalista dependente (DIAS, 2012, p. 96).

Dessa forma, mesmo a industrialização ocorrida nas economias mais avançadas da região, direcionada para o mercado interno, foi bastante problemática e incapaz de alterar o fundamento do capitalismo dependente: a superexploração do trabalhador (DIAS, 2012, p. 97). Em decorrência disso, havia um inexpressivo consumo interno de bens voltados para as classes populares, levando o Estado a tomar medidas que estimulassem a produção de bens voltados para as classes médias e altas (DIAS, 2012, p. 97-98). Portanto, a heterogeneidade social característica da periferia é o que permite aos seus capitalistas repassar aos seus trabalhadores o ônus da troca desigual (LIMA, 2013, p. 24). Marini destaca:

O desenvolvimento capitalista brasileiro se caracterizou pelas elevadas taxas de mais-valia, que, ao refletir um grau desproporcionado de exploração do trabalho, configuram de fato uma situação de superexploração. A aceleração da acumulação de capital que daí se deriva implicou a crescente concentração de riqueza nas mãos dos proprietários dos meios de produção e a pauperização absoluta das grandes massas. Em relação ao funcionamento do sistema, isso se traduziu no crescimento constante da capacidade de produção frente ao enfraquecimento correlato da capacidade de consumo do povo trabalhador e, portanto, do mercado interno. (MARINI, 1973, p. 164-165)

Para MARINI (1973), esse desenvolvimento tecnológico de investimentos na produção de bens da indústria pesada, incorreria em graves problemas de realização e, na medida em que a demanda interna não é capaz de atender à oferta, há a necessidade de expansão do modelo industrial dependente para o exterior.

Assim, há uma mudança no modelo centro-periferia, na medida que os países da periferia industrializados passam a exportar seus produtos para os países mais frágeis (LIMA, 2013, p.24). Essa nova relação percebida por Marini constitui o fenômeno do *subimperialismo*. Sobre isso, cabe destacar o que DIAS (2012, p. 98) depreendeu das análises de Marini a respeito do cenário brasileiro:

Esse processo, que Marini denominou de *subimperialismo*, além das características de superexploração e sub-consumo das classes trabalhadoras, contemplava ainda os seguintes aspectos: a) a ditadura militar, que surge como uma consequência inevitável da crise do nacional-desenvolvimentismo e ao mesmo tempo como uma imposição frente aos desafios militares e econômicos da expansão internacional; b) a integração ao imperialismo norte-americano, visto que a única maneira que a burguesia brasileira conquistar novos mercados seria por meio de uma “cooperação antagônica” com seu sócio-maior norte-americano, que em troca da parceria e do acesso aos demais mercados exigia-lhe a maior fatia dos lucros e o controle do processo produtivo; c) e, finalmente, uma “total irracionalidade”, dado pelo volume crescente de capitais e de mão-de-obra empregado no setor improdutivo da indústria bélica [...]. (DIAS, 2012, p.98)

Para LIMA (2013, p. 25), Marini amplia o arcabouço teórico da Teoria da Dependência ao permitir que as relações entre os países deixassem de ser vistas apenas pela ótica de dois grupos e pudessem ser encaradas como um *continuum*. Ou seja, para ele, nessa concepção, um país pode ser dependente de outro país mais forte e, ao mesmo tempo, ocupar uma posição de centralidade em relação a outro mais fraco.

A contextualização do subimperialismo no Brasil

Marini (2013, p. 55) defende que a industrialização na América Latina ocorreu, majoritariamente, de forma complementar ao setor exportador, de modo que, houve por um certo

tempo um pacto de benefício mútuo entre as burguesias agrário-mercantil e industrial. Nesse sentido, se estabelece um Estado de compromisso, que, segundo Marini, “reflete a complementariedade objetiva que cimentava suas relações”. (MARINI, 2013, p. 56). Esse pacto expressava uma *cooperação antagônica*² que não excluía os conflitos de interesses constantes, que se manifestavam numa instabilidade política superficial, que, no entanto, não chegavam a alterar as próprias bases do poder. Para ele, essas tensões resultavam, em última instância, dos movimentos do polo econômico vinculado ao mercado interno, em sua constante busca por se libertar da dependência da influência externa e impor seus interesses (MARINI, 2013, p. 57). Diante do esgotamento da indústria leve, que incorria na necessidade de ou ampliar o mercado interno ou desenvolver sua indústria pesada, a burguesia industrial buscou criar condições para se desenvolver. Marini explicita essas questões:

Na medida em que isso se combina com a exigência de ampliar o mercado para a indústria leve e demanda um maior excedente de capital para investir, faz-se necessário aumentar as transferências de capital do setor exportador e instaurar barreiras alfandegárias que defendam o mercado nacional. Assim, a burguesia se choca simultaneamente com a classe latifundiária-mercantil e com os trustes internacionais, aos quais a economia está conectada pelas atividades de importação e exportação. (MARINI, 2013, p. 58)

Nesse sentido, mediante o apoio das classes médias e do proletariado, a burguesia industrial buscou um novo esquema de poder que fosse capaz de sobrepor às antigas classes latifundiária e mercantil em meio a um desenvolvimento autônomo (MARINI, 2013, p. 58). No entanto, isso se deu ao mesmo tempo em que a soberania estadunidense procurava fortalecer a integração capitalista mundial, buscando regiões para investir seu capital e transferir suas tecnologias já obsoletas. Como já foi exposto no capítulo anterior, tendo que se desenvolver sob as bases da hegemonia estrangeira e enfrentar a segunda etapa da industrialização, chegou-se ao que Marini considera o princípio fundamental do sistema subdesenvolvido: a superexploração dos trabalhadores (MARINI, 2013, p. 61). Assim, a burguesia industrial preferiu integrar-se diretamente

2 Na segunda seção, veremos que Marini utilizou essa concepção de August Talheimer, onde além de “caracterizar a dinâmica contraditória que se dava no terreno entre as frações da burguesia dependente”, ampliou para tratar sobre as relações da economia dependente e o imperialismo (LUCE, 2011, p. 26).

com os capitais imperialistas, marcando o seu “divórcio” com as massas populares (MARINI, 2013, p. 62). Diante disso,

(...) em lugar de uma revolução burguesa, o processo brasileiro representa a derrota das camadas médias burguesas e pequeno-burguesas - e, claro está, das massas trabalhadoras - frente ao grande capital nacional e estrangeiro; este não vacilou, sobretudo na primeira fase do processo, em se aliar aos setores mais reacionários do país, impondo sua hegemonia. E não poderia ser diferente: a revolução burguesa corresponde a uma etapa definida do capitalismo, marcada pela ascensão de uma burguesia que se incluía ainda em grande medida no movimento popular; na era do imperialismo, na qual vivemos hoje, todo movimento autenticamente burguês é antipopular e, como tal, contrarrevolucionário. (MARINI, 2013, p. 29)

A chamada cisão horizontal, que ocorreu entre a burguesia industrial e a agrário-mercantil durante o processo de industrialização, foi seguida de uma cisão vertical, entre a burguesia e os trabalhadores, o que ocasionou uma série de movimentos por parte destes, como consequência de alguns fatores, os quais Luce explicita:

(...) a crise no sistema de exportação; a incapacidade da agricultura brasileira para suprir a demanda dos centros urbanos em expansão; e o esgotamento do exército industrial de reserva. A primeira foi consequência da deterioração dos termos de troca verificada a partir de 1954 e da escalada da transferência de valor, via pagamentos de juros, remessas de lucros, royalties e dividendos; o segundo fator foi oriundo da estrutura agrária do país; e o terceiro dentre deles deveu-se à combinação da modernização tecnológica com a liberação de mão-de-obra no campo, gerando excedentes de força de trabalho que não podiam influir na configuração do exército industrial de reserva, dada a falta de formação profissional dos novos contingentes de trabalhadores para os ramos mais complexos da fase em que a indústria se encontrava, não podendo, portanto, competir com a mão-de-obra empregada. (LUCE, 2011, p. 42)

Nesse sentido, o fracasso do desenvolvimento autônomo brasileiro é explicado também pela associação entre a burguesia nacional e o capital norte-americano, processo fortalecido pelo golpe de 1964 (LUCE, 2011, p. 43). O golpe militar de 1964, nas palavras de Marini, “consagra a fusão entre a elite militar e o grande capital” (MARINI, 1971, p.1). Luce sugere que o novo modelo de acumulação baseado no desenvolvimento integrado e associado ao capital estrangeiro, foi, para

Marini, a solução para as tensões políticas ao mesmo tempo em que reconciliou as frações da burguesia (industrial e agrário-mercantil). Ou seja, a alternativa da burguesia diante de uma limitada tecnologia própria foi unir-se ao imperialismo, integrando a sua fração monopólica àquela imperialista. Assim, o período correspondente ao pós-II Guerra foi marcado pela internacionalização do sistema produtivo nacional e sua integração à economia capitalista mundial (MARINI, 1977, s.p.).

Destarte, o processo de industrialização na América Latina, em geral, e no Brasil, especificamente, foi constituído sob o predomínio do capital norte-americano, sobretudo pelos investimentos externos na indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital, o que “agudizou a cisão entre a esfera baixa e a esfera alta do consumo que caracteriza os países dependentes” (LUCE, 2011, p. 22). Dessa forma, o Brasil representou um lugar de excelência para o investimento estadunidense e se propôs a facilitar de diferentes formas a entrada do capital e a sua valorização (PRADO; MEIRELES, 2008, p. 13). Para Marini (1971, p. 1), o subimperialismo – a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro – foi uma resposta à crise de realização, em que o Brasil buscava mercados para a crescente produção industrial de bens de consumo e de capital e tentava assegurar esferas de valorização para o capital financeiro que aqui se acumulava. Dessa forma, esse fenômeno constituiu um problema de mercado, na medida em que a indústria dos bens duráveis precisava “extrapolos os limites do mercado interno” para se desenvolver.

Nesse sentido, o subimperialismo, atendendo aos interesses do capital, buscou um esquema de realização para a relação entre a produção e a realização do valor (LUCE, 2011, p. 26), baseada em dois elementos:

em primeiro lugar, a exportação de manufaturas, tanto de bens duráveis como não-duráveis (sendo conveniente apontar que a exportação destes últimos requer a elevação do nível tecnológico das empresas, o que implica maiores possibilidades de absorção de bens de capital); em segundo lugar, o aumento da capacidade de compra do Estado, através de uma política ativa de desenvolvimento da infraestrutura de transporte, eletrificação e reequipamento das forças armadas, tudo isso ocasionando uma expansão do mercado de bens de capital. (MARINI, 2013, p. 257-258)

Em acréscimo, Marini elenca uma terceira dimensão do subimperialismo, a “sociedade de consumo”, caracterizada pela transferência de renda das camadas mais pobres para as camadas médias, para obter mercado para a indústria de bens de consumo e bens de capital, se distanciando cada vez mais das necessidades de consumo dos trabalhadores (MARINI, 1974, p.262). Como resume LUCE:

Essa combinação dos três elementos elencados por Marini, ou seja, do mercado externo, com o Estado e o consumo suntuário/redistribuição regressiva da renda recebeu o nome de **esquema de realização do imperialismo** [grifo nosso]. Tal esquema deve ser entendido como uma válvula de escape [expressão de Marini], que cumpriu a função de restaurar a unidade entre a produção e a realização do valor. Se a perspectiva da crise punha em risco a continuidade do ciclo do capital, o esquema de realização do imperialismo permite restabelecer a unidade entre produção e circulação e, por conseguinte, a realização da mais-valia extraída dos trabalhadores. (LUCE, 2011, p. 24).

Assim, para Marini (2013, p. 38-39), o processo de acumulação em condições de superexploração, ou seja, o processo de acumulação dependente, tende a reduzir sua relação com o mercado interno. Dessa forma, do ponto de vista do mercado, ou da circulação de mercadorias, a desproporção crescente entre a produção e o consumo, que daí decorrem, tende a se resolver, segundo Marini, mediante: (1) a intervenção cada vez maior do Estado na criação de mercado através de obras de infraestrutura e de interesse social (moradia, estradas, obras no setor de energia, por exemplo) e, em determinadas condições, através da compra de armamentos (o que provoca o estímulo à produção privada de armamentos, bem como o investimento estatal direto neste setor); (2) a distribuição regressiva da renda, a fim de aumentar o poder de compra dos grupos altos; (3) a exportação de manufaturas (esta última, para ele, faz reviver, sob novas formas, a economia exportadora de bens primários).

Considerando os dois componentes do fenômeno do subimperialismo – composição orgânica média (variável pela qual Marini buscou instrumentalizar os subcentros econômicos na escala mundial, elegendo como parâmetro o coeficiente manufatureiro no PIB, às vezes referida como processo de monopolização e operação do capital financeiro na economia dependente) (LUCE, 2011, p. 27-28) e o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, mas

ainda sujeita ao imperialismo internacional – para Marini, a despeito do empenho da Argentina e outros países, apenas o Brasil expressou totalmente esse fenômeno na América Latina (MARINI, 1977, s.p.).

Nesse sentido, vale ressaltar que a política brasileira, após o golpe de 1964, não representou apenas a integração da sua economia à economia estadunidense, mas intencionava se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina. Portanto, não se tratou, no Brasil, de “aceitar passivamente as decisões norte-americanas, mas colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave” (MARINI, 2013, p. 126). Ou seja, “a indústria brasileira realizou o valor de sua produção encontrando uma saída no comércio exterior e na esfera alta do consumo”, esta última reafirmada como setor dinâmico da economia graças aos subsídios estatais (LUCE, 2011, p. 24).

Seja qual for o caso, a expansão e aceleração tanto do fluxo de capital produtivo como da circulação do capital dinheiro foram configurando uma nova economia mundial capitalista, que se dá em um esquema de divisão internacional do trabalho diferente do que ocorria antes da crise mundial que mencionamos inicialmente. Passou o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pela troca de manufaturas por alimentos e matérias-primas. Estamos diante de uma realidade econômica em que a indústria assume um papel cada vez mais significativo. Isso é verdade mesmo quando o capital industrial se expande e fortalece em áreas extrativistas e agrícolas; e é ainda mais, quando consideramos a expansão e diversificação da indústria manufatureira em escala mundial. O resultado tem sido um reescalonamento, uma hierarquização dos países capitalistas de forma piramidal e, portanto, o surgimento de centros médios de acumulação – que também são potências capitalistas médias – o que nos levou a falar do surgimento de um subimperialismo. Este processo de diversificação, que é simultaneamente um processo de integração, ainda segue regido pela superpotência que a crise mundial fez surgir: os Estados Unidos da América. (Marini, 1977, s.p., tradução nossa)³

3 Tradução livre de: “Como quiera que sea, la expansión y aceleración tanto de la circulación de capital productivo como de la circulación del capital dinero han ido configurando una nueva economía mundial capitalista, que reposa sobre un esquema de división internacional de trabajo distinto al que regía antes de la crisis mundial que mencionamos inicialmente. Pasó el tiempo del modelo simple centro-periferia, caracterizado por el intercambio de manufaturas por alimentos y materias primas. Nos encontramos ante una realidad económica en que la industria asume un papel cada vez más decisivo. Esto es cierto aun cuando el capital industrial se amplía y fortalece en áreas extractivas y agrícolas; lo que es todavía más, cuando consideramos la extensión y diversificación a escala mundial de la industria manufacturera. El resultado ha sido un reescalonamiento, una jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de acumulación —que son también potencias capitalistas medianas—, lo que nos ha llevado a hablar de la emergencia de un

Ele observa que, a política expansionista brasileira, além da busca por mercados, intencionou o controle de fontes de matérias-primas, zonas de influência em busca da hegemonia no Atlântico Sul, além da exportação de capitais buscando explorar riquezas (MARINI, 2013, p. 34-35). Portanto, esse expansionismo não pode ser limitado à necessidade de remunerar o capital estrangeiro investido no país, embora ele admita que

(...) é óbvio que, como qualquer país importador de capital e tecnologia, o Brasil deve contar com uma margem de divisas suficiente para cobrir o pagamento de royalties, amortizações, juros e remessa de lucros ao exterior. Convém ter presente, porém, que esse problema se resolve não apenas através das divisas geradas pela exportação, mas precisamente por meio de entradas de capital estrangeiro que sejam superiores às saídas, o que coloca a exigência de atrair e reter esse capital e, portanto, de oferecer lucros compensadores e campos para sua acumulação e realização. (MARINI, 2013, p. 35)

Observando a inserção do Brasil nesse cenário, Marini destaca que, a partir de 1960, a diminuição da produção voltada para os ramos têxteis e alimentícios ocorreu concomitantemente ao aumento da participação nas indústrias de transporte, química e metalúrgica. Como ele sugere, esse fenômeno começou a ganhar maior expressividade ao fim dessa mesma década, de modo que, em 1972, a exportação de bens manufaturados chegou a atingir um bilhão de dólares, o equivalente a um quarto das suas exportações totais. Nesse sentido, o papel desempenhado ali por filiais de grupos multinacionais representou grande importância no que concerne às exportações dessas empresas estrangeiras. Além disso, vale destacar o “extraordinário desenvolvimento do capital financeiro, principalmente a partir de 1968”, assim como o a intensificação do processo de centralização e concentração de capital ocorrido nesse período (MARINI, 2013, p. 36).

No entanto, o sistema econômico imposto ao Brasil pelo capital nacional e estrangeiro, para Marini, agravou suas “características monstruosas”, a despeito do aumento significativo da exportação de manufaturas (MARINI, 2013, p. 32). Diante disso, para Marini (2013, p.38-39), a

subimperialismo. Este proceso de diversificación, que es simultáneamente un proceso de integración, sigue ostentando a su cabeza la superpotencia que la crisis mundial hizo surgir: los Estados Unidos de Norteamérica”.

industrialização dependente, apresenta num plano global duas características básicas: a) é desigual, ou seja, dá lugar a diferentes graus de desenvolvimento industrial e, portanto, de composição orgânica do capital nos países dependentes; b) e reorienta o capital estrangeiro ao setor industrial desses países, devido tanto às elevadas taxas de mais-valia que ali se apresentam, quanto à possibilidade que oferece para os países avançados de exportar aos países dependentes não somente bens de consumo corrente, mas também bens intermediários e de capital.

O subimperialismo se define, portanto, do ponto de vista estritamente econômico (na medida em que, para Marini, esse fenômeno surgiu de sua representação ideológico-política, em meio ao regime tecnocrático-militar) (MARINI, 2013, p.167): a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores) (MARINI, 2013, p. 40).

É evidente que isso impõe um novo esquema de divisão internacional do trabalho que afeta não apenas as relações entre os países latino-americanos e os centros de dominação imperialista, mas também as relações daqueles entre si. No primeiro caso, se transferem a estes países certas etapas inferiores do processo de produção, reservando-se os centros imperialistas das etapas mais avançadas (como a produção de computadores, de conjuntos automatizados, de energia nuclear) e o controle da tecnologia correspondente. Cada avanço da indústria latino-americana afirmará, pois, com maior força sua dependência econômica e tecnológica frente aos centros imperialistas. No segundo caso, estabelecem-se níveis ou hierarquias entre os países da região, segundo os ramos de produção que desenvolveram ou estão condicionados a desenvolver, e se nega aos demais o acesso a estes tipos de produção, convertendo-os em simples mercados consumidores. As características próprias do sistema fazem com que este interesse de racionalizar a divisão do trabalho propicie a formação de centros subimperialistas associados à metrópole para explorar os povos vizinhos. Sua melhor expressão é a política levada a cabo pelo regime militar de Castelo Branco no Brasil, e que hoje procura imitar o governo argentino. (MARINI, 1977, s.p., tradução nossa)⁴

4 Tradução livre de: “Es evidente que esto impone un nuevo esquema de división internacional del trabajo que afecta no solamente las relaciones entre los países latinoamericanos y los centros de dominación imperialista, sino también las relaciones de aquéllos entre sí. En el primer caso, se transfieren a dichos países ciertas etapas inferiores del proceso de producción, reservándose los centros imperialistas

Nesse contexto, Marini, embora atribua um caráter determinante à exportação de capitais na contextualização do imperialismo, considera que o subimperialismo também apresenta uma tendência ao intervencionismo – não necessariamente ao belicismo (LUCE, 2011, p. 97). Luce destaca que o subimperialismo brasileiro foi marcado por um crescente intervencionismo no cenário regional, através do envio de tropas, planejamento de invasões e operações de apoio. Vale expor seus exemplos:

Entre 1964 e 1980, o subimperialismo brasileiro enviou tropas para a República Dominicana, planejou invadir o Uruguai, participou das operações de apoio ao golpe contra o governo nacionalista de Torres na Bolívia, integrou o comando da operação Condor, foi um supridor de armamentos para o Chile de Pinochet, impôs os termos do Tratado de Itaipu, que hipotecou o potencial hídrico do Paraguai aos desígnios da burguesia brasileira, além de fazer a nação vizinha contrair uma dívida draconiana. (LUCE, 2011, p. 97)

Deve-se acrescentar ainda a essa questão, o investimento realizado no âmbito militar-industrial, em relação ao qual Marini assume que haveria uma compatibilidade entre os interesses da grande indústria e da elite militar, onde se buscou desenvolver internamente a indústria bélica (MARINI, 2013, p. 124). Dessa forma, além de mobilizar a capacidade ociosa da indústria de bens e de capital, o Brasil voltou-se para a exportação desses materiais, tornando-se o segundo maior exportador de armamentos do Terceiro Mundo (LUCE, 2011, p. 98).

Vale ressaltar a expressiva importância que Marini concede ao reforço do Estado Nacional no processo de internacionalização de capitais, a fim de garantir a circulação total do capital investido e abrir caminho para sua realização (MARINI, 1977, s.p.). Tomando as ideias de Bukhárin como referência, Marini destaca que o processo de internacionalização do capital não significa

las etapas más avanzadas (como la producción de computadoras, de conjuntos automatizados, de energía nuclear) y el control de la tecnología correspondiente. Cada avance de la industria latinoamericana afirmará, pues, con mayor fuerza su dependencia económica y tecnológica frente a los centros imperialistas. En el segundo caso, establecen niveles o jerarquías entre los países de la región, según las ramas de producción que desarrollaron o están en condiciones de desarrollar, y se niega a los demás el acceso a dichos tipos de producción, convirtiéndolos en simples mercados consumidores. Las características propias del sistema hacen que este intento de racionalizar la división del trabajo propicie la formación de centros subimperialistas asociados a la metrópoli para explotar a los pueblos vecinos. Su mejor expresión es la política llevada a cabo por el régimen militar de Castelo Branco en Brasil, y que hoy trata de imitar el gobierno argentino”.

perda de força ou conduz ao desaparecimento progressivo dos Estados Nacionais. Desse modo, “na medida em que o reforço do Estado é uma contraparte necessária da internacionalização do capital”, esta não deve ser considerada independentemente da sua nacionalização (LUCE, 2011, p. 88). Essa dialética internacionalização-internacionalização se dá tanto pelos interesses do capital estrangeiro internacionalizado que determina o reforço do Estado nacional dependente, quanto pelos conflitos entre os capitais nacionais e internacionais (MARINI, 1977, s.p.). Dessa forma, o Estado, segundo Marini, pode melhor assegurar a reprodução do capital imperialista ali investido

(...) seja para agir em uma posição de autonomia relativa, perante os grupos capitalista estrangeiros, provendo as burguesias locais com os meios de que elas não dispõem, para que possam gozar de uma condição relativamente mais favorável dentro do processo de desenvolvimento associado e integrado ao imperialismo. (LUCE, 2011, p. 89)

Entretanto, Marini adverte, esse processo não se limita à tese já exposta sobre o antagonismo entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro, mas na medida em que esta apresenta um caráter explicitamente inferior, se busca recorrer ao Estado Nacional (MARINI, 1977, s.p.). Isso se dá justamente diante da decisão de submeter-se à tendência integradora, que, no entanto, incorre na necessidade de um intermediador para lhe oferecer as melhores possibilidades dessas negociações. Há, portanto, um fenômeno de “aglomeração” do capital com o Estado Nacional, no qual Marini invoca Bukhárin, ressaltando a necessidade de se evitar um pensamento mecanicista a respeito dessa realidade, pois

(...) o resultado dessa aglomeração não é a submissão pura e simples do Estado pelo capital. Embora seja evidente que o Estado se converte no que Bukhárin chama “truste capitalista nacional”, o próprio fato de que ele seja chamado a ordenar e arbitrar a vida econômica (até onde seu arbítrio é compatível com sua subordinação aos Estados imperialistas) o coloca em uma situação em que se acentua sua autonomia relativa frente aos distintos grupos capitalistas. O fenômeno do moderno Estado militar latino-americano tem aí sua explicação em uma ampla medida (constituindo-se a ampla revolução imperialista na região na outra vertente de sua análise). (MARINI, 1977, s.p., tradução nossa)⁵

5 Tradução livre de: “[...] el producto de esa aglomeración no es el avasallamiento puro y simple del Estado por el capital. Aunque sea evidente que el Estado se convierte en lo que Bujarin llama “trust

O processo sobre o qual se caracteriza o imperialismo também une todas as características anteriores com a consolidação de uma hegemonia regional, que visa a conquista de uma esfera de influência própria (LUCÉ, 2011, p. 92). Destarte, também nesse fenômeno há “a apropriação pelo subcentro em expansão de parcela do valor produzido em outras nações”. Vale destacar, entretanto, que enquanto a presença imperialista se dá pelo controle que suas corporações detêm nos ramos de produção, a atuação subimperialista se dá pelo intercâmbio comercial que ele estabelece no âmbito da região (LUCÉ, 2011, p. 93). Assim, conciliando tendências econômicas com os esforços do Estado através de diplomacia comercial, negociações cruzadas, ou instrumentos da *realpolitik*, o Estado subimperialista persegue sua política de hegemonia regional.

Completando a análise da relação de imperialismo, cabe observar que, com a chegada do país à etapa dos monopólios e do capital financeiro, ocorreu a sua integração à órbita “do capital portador de juros, cuja circulação se expandia e intensificava em escala mundial”. Como característica desse processo, houve o aumento do volume de transações no mercado de crédito privado e de empréstimos na indústria manufatureira (LUCÉ, 2011, p. 78). AMARAL (2013, p. 86) constata essa realidade ao ressaltar as bases sobre as quais se constitui o imperialismo, de modo que, em que pese a grande relevância do comércio de bens e serviços, sobretudo na atuação das transnacionais, a internacionalização financeira alcançou intensa importância. Marini explicita esse cenário, favorecido pelo Estado, onde,

(...) se entende, pois, a necessidade de assegurar a plena circulação do capital assim investido, quer dizer, de abrir caminho a sua realização. Já assinalamos que o Estado interveio ativamente neste sentido, criando ou subsidiando a demanda (interna e externa) para a produção. Se ocupou também de assegurar campos de investimento no exterior, mediante operações das empresas estatais, créditos intergovernamentais ou garantias operacionais privadas em países da América Latina e África. Lançado na órbita do capital financeiro internacional, o capitalismo brasileiro faria tudo para atrair o fluxo monetário, embora não fosse capaz de assimilá-lo integralmente enquanto capital produtivo e devesse reintegrá-lo ao movimento internacional de capitais. Com isso, a seu estilo dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa de exportação de capital, assim como na rapina de matérias-primas e

capitalista nacional”, el hecho mismo de que él sea llamado a ordenar y arbitrar la vida económica (hasta donde su arbitrio es compatible con su subordinación a los Estados imperialistas) lo pone en una situación en que se acentúa su autonomía relativa ante los distintos grupos capitalistas. El fenómeno el moderno Estado militar latinoamericano tiene allí su explicación, en una amplia medida (constituyéndose la contrarrevolución imperialista en la región en la otra vertiente de su análisis)”.

fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás. (MARINI, 1977, s.p., tradução nossa)⁶

Depreende-se, portanto, que o subimperialismo que se desenvolveu no Brasil, durante o período de industrialização – o qual, por insuficiência de demanda doméstica para o pleno desenvolvimento da sua indústria nacional, buscou-se irradiar para o exterior – teve algumas características semelhantes às aquelas definidas pelos teóricos marxistas a respeito do Imperialismo. Fundado sobre as bases da superexploração dos trabalhadores – que além de provocar o prolongamento e o aumento da intensidade da jornada de trabalho, prejudicou o seu acesso aos bens suntuários – o desenvolvimento de manufaturas foi marcado pela presença do capital estadunidense, que consolidou sua hegemonia no pós-II Guerra Mundial e buscava destino tanto para o seu capital como para a sua indústria já obsoleta (em decorrência do seu rápido desenvolvimento tecnológico).

Aliando-se à burguesia nacional (alinhada, por sua vez ao regime militar), os Estados Unidos possibilitaram o desenvolvimento industrial brasileiro, embora as suas consequências tenham sido colocadas de forma a intensificar a desigualdade. O Brasil passou a investir na exportação das suas manufaturas, buscando tornar-se uma subpotência que dominasse o cenário da região latino-americana, ainda que tenha permanecido subordinado ao capital estadunidense. Nesse processo, destaca-se o conceito de “cooperação antagônica” e dá-se expressiva importância ao Estado Nacional, cuja dialética internacionalização-internacionalização promove o seu próprio reforço ao mesmo tempo em que abre as portas para a entrada estrangeira, buscando atender aos interesses da burguesia. Dessa forma, o Brasil pôde, além de exportar manufaturas, exportar capital e expandir a sua realpolitik, inclusive através do desenvolvimento de um poderio militar.

6 Tradução livre de: “[...] se entiende, pues, la necesidad de asegurar la plena circulación del capital así invertido, es decir, de abrir camino a su realización. Señalamos ya que el Estado intervino activamente en este sentido, creando o subsidiando la demanda (interna y externa) para a la producción. Se ocupó, también, de asegurar campos de inversión en el exterior, mediante operaciones de las empresas estatales, créditos intergubernamentales o garantías a operaciones privadas en países de América Latina y África. Lanzado en la órbita del capital financiero internacional, el capitalismo brasileño haría todo por atraerse el flujo monetario, aunque no fuera capaz de asimilarlo íntegramente en tanto que capital productivo y debiera reintegrarlo al movimiento internacional de capitales. Con ello, a su estilo dependiente y subordinado, Brasil entraría en la etapa de exportación de capital, así como a la rapiña de materias primas y fuentes de energía en el exterior, como el petróleo, el hierro, el gas”.

Conclusão

Defendeu-se que o objetivo central dos autores da vertente marxista da dependência não foi atribuir um caráter estagnacionista ao desenvolvimento periférico mas analisar como tal desenvolvimento se deu a partir da superexploração da força de trabalho e da piora das condições de vida da população mais vulnerável. Para Marini, além de exportadora das matérias-primas necessárias para o desenvolvimento industrial do centro, a América Latina contribuiu para a transformação da mais-absoluta em mais-valia relativa naqueles países, na medida em que as trocas desiguais possibilitaram a diminuição do tempo de trabalho necessário, acarretando uma maior produtividade dos setores nos quais o centro se especializava. A fim de superar esses obstáculos, a burguesia dos países dependentes buscou aumentar os excedentes gerados através do aumento da intensidade ou da jornada do trabalho. Analisando, portanto, o período de grande crescimento econômico ocorrido no Brasil durante o regime militar, Marini observou o caráter central da burguesia nesse processo, negando o viés revolucionário que lhes foi atribuído pelos teóricos cepalinos, pois esta buscou aliar-se ao capital estrangeiro e afastou-se, cada vez mais, dos anseios revolucionários das massas.

Nesse contexto, houve um relativo desenvolvimento do capital financeiro no cenário brasileiro, o que levou Marini a formular e explicar o conceito do subimperialismo, na medida em que também foi caracterizado como a forma que o capitalismo assume ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. Para Marini, o Brasil foi a única expressão latino-americana do subimperialismo, pois somente aqui a crise de realização decorrente da limitada demanda interna implicou necessidade de ampliação do mercado consumidor, expandindo-se para os seus vizinhos regionais ainda menos industrializados e menos desenvolvidos (com os quais o Brasil estabeleceu relações de dependência).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marisa Silva. **Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo.** In:

PENSATA, Revista dos alunos de pós-graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. v.3, n.1, ano 3, 2013. São Paulo, SP, 2013, p.65-79.

BICHIR, M. M.; VARGAS, T. P. **A vertente marxista da “Teoria” da Dependência no âmbito político-social latino-americano.** Artigo apresentado em “Marx e o Marxismo 2011: Teoria e Prática, UFF, Niterói, p. 1-24, 2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (1998). **“Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha”.** In: BIELSCHOWSKY, Ricardo, org. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, p. 13-68, 2000.

DIAS CARCANHOLO, Marcelo. **Dependência e Superexploração da Força de Trabalho no Desenvolvimento Periférico.** In: Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização (8 a 13 de Outubro de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp06.pdf>>

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência.** In: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, jan./abr. 2013. p. 191-205.

DIAS, Marcelo Francisco. **Do estruturalismo da Cepal à Teoria da Dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico.** 2012. 197 fl. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

DUARTE, P. H.; GRACIOLLI E. J. **A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o subdesenvolvimento na América Latina.** In: V Colóquio Internacional Marx e Engels. UNICAMP. Campinas, SP, 2007. 10 p.

LIMA, Humberto e Silva Ribeiro de. **Dependência Econômica sob a Hegemonia do Capital Financeiro.** 2013. 165 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente a questão do padrão de reprodução do capital.** 2011. 225 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Acumulação capitalista global e subimperialismo.** Documentos Políticos n. 12 Ediciones Era, México, Abril-Junho de 1977. Publicado online pela Ediciones Era. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html>

MARINI, Ruy Mauro. **A Acumulação capitalista dependente e a superexploração do trabalho.** Intervención en el Encuentro de Economistas Latinoamericanos e Italianos, Roma, septiembre 1972. Publicado en 1973 por el Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) de la Universidad de Chile. Reimpresión del Comité de Publicaciones de los

Alumnos de la ENAH, México, 1974; cotejado con la versión publicada por el Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) “Justo Arosemena”, Cuaderno Universitario n. 2, Panamá, septiembre de 1981. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/043_acumulacion_superexplotacion.html>

MARINI, Ruy Mauro. **O imperialismo Brasileiro**. Centro de Estudos Sócio-econômicos, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Chile. Santiago, Chile, 1971.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis : Insular, [1968] 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973. Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia — MG. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973).

MARTINS, Carlos Eduardo. **O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais**. In: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília : Ipea, 2013.

PRADO, Fernando Corrêa; MEIRELES; Monika Ribeiro de Freitas. **Teoria da Dependência Revisitada**: elementos para a crítica ao novo desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos, 2008.

SANTOS, Theotônio dos. **“A teoria da dependência: um balanço”**. In: Teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y Dependência**. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. Nº 5

WAGNER, Adolfo. **Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini**. 2005. 165 fl. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.